



ALAP 2020

IX Congreso de la Asociación
Latinoamericana de Población



9 a 11 diciembre

EL ROL DE LOS ESTUDIOS DE POBLACIÓN TRAS LA PANDEMIA DE COVID-19 Y
EL DESAFÍO DE LA IGUALDAD EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

Ednelson Mariano Dota

Universidade Federal do Espírito Santo

ednelson.dota@ufes.br

Francismar Cunha Ferreira

Universidade Federal do Espírito Santo

francismar.cunha@gmail.com

Reestruturação produtiva, divisão territorial do trabalho e migração no Espírito Santo¹

Resumo

A articulação entre reestruturação produtiva, divisão territorial do trabalho e a migração são sempre relatadas, mas nem sempre apresentadas. Neste artigo, utilizando-se de dados do Censo Demográfico de 2000 e 2010 conjugados a pesquisas de campo e informações econômicas, apresentamos as inter-relações entre estes processos, especificamente como a migração e a divisão territorial do trabalho tem respondido às características da reestruturação produtiva no estado do Espírito Santo, Brasil. O Espírito Santo foi escolhido justamente por ter apresentado nas últimas décadas importantes mudanças em sua estrutura produtiva, tanto em volume quanto em localização. Os resultados apontam para uma evidente relação entre a dinâmica espacial da reestruturação produtiva e da migração, a partir das transformações na divisão territorial do trabalho, reforçando a permanência das atividades industriais enquanto elemento central neste início de século XXI.

¹ Este trabalho é resultado parcial dos projetos de pesquisa “A geografia econômica e regional do petróleo e do gás no litoral do Espírito Santo” e “Condicionantes da dinâmica migratória no Espírito Santo pós-2000” (FAPES/CNPq 80605869, TO 129/17). As opiniões, hipóteses e conclusões são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão da FAPES e/ou do CNPq.

Introdução

A relação entre migração e trabalho é clássica e já foi amplamente discutida por pesquisadores das mais diversas especialidades e troncos teóricos. Grande parte desses estudos mostra a forte correlação existente entre a origem/destino dos fluxos migratórios e as diferenças estruturais entre esses lugares, em termos de oportunidades, salários médios, condições de vida, etc., mediados pela experiência, visão de mundo e as redes migratórias e sociais pré-estabelecidas.

A compreensão das transformações na forma como a riqueza é produzida e distribuída é parte substancial do debate, visto que impactam diretamente as condições de vida das pessoas, no nível individual, e a estruturação dos lugares em termos produtivos e de oportunidades, no nível estrutural. Nas últimas décadas o mercado de trabalho sofreu e segue sofrendo intensas transformações, paralelamente a processos de reestruturação, como a urbana, a produtiva e todas as grandes mudanças qualitativas e quantitativas observadas no Brasil e no mundo.

O intuito deste artigo é o de analisar as mudanças na migração relacionadas aos processos de reestruturação produtiva em curso no Brasil, mais especificamente a partir da década de 2000. A análise dessas interações contribui decisivamente para a compreensão de como as mudanças observadas na divisão territorial e social do trabalho, sobretudo o aumento do setor terciário em detrimento do primário e do secundário transforma as relações sociais espacialmente estabelecidas. Parte-se do pressuposto de que, apesar do aumento do setor terciário e da importância da financeirização da economia, as atividades industriais e seus processos continuam sendo determinantes (SCOTT, 1988) para as transformações sobre o espaço, na divisão social e territorial do trabalho e na dinâmica demográfica, principalmente para os fluxos migratórios.

Tal análise utilizar-se-á do estado do Espírito Santo como estudo de caso, que ganhou destaque em nível nacional a partir da segunda metade do século XX com a instalação de grandes plantas industriais na capital, Vitória, e no seu entorno, que posteriormente veio a se conformar na Região

Metropolitana da Grande Vitória (RMGV)². A partir dos anos 2000 o estado passou por uma nova onda de transformações correspondentes ao processo de reestruturação produtiva, em que passou a receber investimentos de capitais de diferentes escalas e nacionalidades representado, dentre outras coisas, pelas filiais de indústrias multinacionais, por investimentos em projetos logísticos e industriais e no setor de petróleo e gás.

Metodologicamente, além da revisão da literatura sobre a migração interna, reestruturação produtiva e a geografia econômica, o trabalho recorre aos dados secundários do Censo Demográfico de 2000 e 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), analisando de modo mais aprofundado os dados sobre a dinâmica migratória (data-fixa) e sobre os setores de atividades das pessoas ocupadas no Espírito Santo. As especificidades das pesquisas, sobretudo em relação às possibilidades nas desagregações dos dados e mesmo na comparação entre elas representa também um desafio ao concatenar diferentes fontes para compreender as transformações em andamento. No contexto territorial, buscou-se identificar as principais plantas industriais instaladas no Espírito Santo pós-2000, sendo esse trabalho realizado a partir de consulta aos anuários das maiores empresas do estado, disponibilizado pela Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES) e por trabalhos de campo, complementados por um levantamento sobre as receitas municipais a partir das publicações anuais da Equus Consultoria.

Reestruturação produtiva e seus efeitos sobre a divisão territorial do trabalho

A noção de reestruturação geralmente é acompanhada de várias adjetivações como produtiva, espacial, urbana, imobiliária dentre outros. Independente do adjetivo, busca lançar luz sobre uma nova estruturação ou reorganização de uma estrutura em um determinado momento, ganhando sentido no contexto de uma análise temporal, um momento ou período em que algo novo emerge e pode alterar um determinado contexto pré-estabelecido.

² A RMGV é formada pela Capital Vitória e os municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana e Vila Velha.

É nesse sentido temporal que emerge a noção de reestruturação produtiva. No final da década de 1960 e no decorrer da década de 1970 assistiu-se ao desencadeamento da crise do modelo fordista e a emergência do modo de produção flexível. Esse último, associado às novas tecnologias de comunicação e transporte, baseia-se em princípios como produção vinculada à demanda e organização do sistema definido pelo consumo, em que a produção é pensada do fim para o começo; organização industrial “enxuta” e horizontalizada, contrária à indústria vertical fordista; flexibilização das relações entre empresas e da organização do trabalho por meio da terceirização, e, finalmente, a subordinação da produção ao movimento de acumulação de capital sob a égide financeira (LIPIETZ, A.; LEBORGNE, 1988; ANTUNES, 2018; PEREIRA JÚNIOR, 2019b).

Esses princípios condicionaram e estão condicionando a tessitura de novas relações e organizações produtivas espaciais. As indústrias, em função das inovações tecnológicas, tendem a deslocar parte das suas atividades para o setor de serviços³ bem como se articulam, via terceirização, com diferentes empresas de produção e serviços, tornando assim os circuitos produtivos e os círculos de cooperação mais complexos e densos (PEREIRA JÚNIOR, 2019a). Esse processo implica em duas coisas que se manifestam conjuntamente e reverberam sobre as organizações produtivas espaciais e sobre a divisão territorial do trabalho: uma primeira que consiste em impulsionar o setor de serviços e uma segunda que se refere à tendência à dispersão das plantas industriais pelo território (PEREIRA JÚNIOR, 2019a; 2019b).

Além disso, outro efeito sobre a organização espacial produtiva e a divisão territorial do trabalho se refere às especializações das localidades. Tem-se, em certa medida, uma separação física entre a gestão e a produção industrial, diferenciando qualitativamente as localidades, especialmente as metrópoles, que se especializam no gerenciamento, no planejamento e nas tomadas de decisões sobre investimentos, e localidades voltadas para receber as unidades produtivas, destinadas a produção que está subordinada aos

³ “Enquanto que na indústria fordista 75% da produção eram realizadas no seu interior, a fábrica toyotista é responsável por apenas 25%, e a terceirização/subcontratação passa a ser central na estratégia patronal” (ANTUNES, 2008, p. 155).

comandos das áreas de gestão, (re)criando hierarquias e conformando o desenvolvimento desigual e combinado (SANTOS, 1994; BRANDÃO, 2007).

Em resumo, no contexto da reestruturação produtiva têm-se movimentos de transformações que se manifestam e se articulam em diferentes escalas e implicam em rearranjos espaciais, produtivos, jurídicos, sociais e políticos, que se materializam em novas formas de organização espacial e produtiva da indústria, em novas configurações da divisão territorial do trabalho, em novos processos urbanos. Trata-se de um movimento que se desenvolve no contexto da globalização e do capital financeiro, que implica não só maior circulação de mercadorias, pessoas, capital, informações, etc., mas também, em uma maior integração funcional entre os lugares em meio a atividades geograficamente dispersas (OLIVEIRA, 2007). Nesse contexto, têm-se transformações que, ao mesmo tempo em que proporcionam a acumulação, modificam processos territoriais, uma vez que se (re)organizam, se desenvolvem e se articulam sobre e no território novos usos, novos agentes, novos fluxos e novos conteúdos.

Reestruturação produtiva e migração

A relação entre a dinâmica migratória e a espacial produtiva sempre teve papel de destaque nas pesquisas sobre migração no Brasil. A interação entre ambas emergiu no período em que a industrialização ganhou força e junto dela a urbanização, que se acelerou tendo como motor os fluxos migratórios campocidade com volumosos contingentes seguindo trajetos delineados pelas desigualdades regionais. Singer (1976) mostrou que as principais áreas de emigração no início da segunda metade do século XX - o norte de Minas Gerais e o Nordeste – contrastavam justamente pela estagnação vivida em comparação às áreas que recebiam esses fluxos, com destaque para São Paulo, que concentrava e estava no auge da industrialização.

A alimentação dos fluxos nesse período se dava pela inserção produtiva e havia para grande parte dos migrantes melhorias nas condições de vida se comparado àquela na área de origem (BRITO, 2009). A partir da década de 1980, observaram-se importantes mudanças nas trocas migratórias inter-regionais e interestaduais, tanto pela crise econômica atravessada pelo país

como também pelas mudanças estruturais em andamento (PACHECO; PATARRA, 1998; CUNHA; BAENINGER, 2007).

Essas mudanças estruturais, que marcam o início da reestruturação produtiva no Brasil, começaram a ser observadas ainda na década de 1970 a partir da desconcentração industrial, que levou unidades produtivas para regiões até então periféricas, iniciando um processo de integração nacional e de uma nova divisão territorial do trabalho (CANO, 1997). As modificações materializadas no território, que provinham tanto das transformações do capitalismo como de políticas governamentais, integraram as regiões ao processo produtivo industrial e complexificaram as desigualdades territoriais pela inserção de novas variáveis (SANTOS; SILVEIRA, 2005).

Num contexto de urbanização avançada, observada a partir dos anos 1980, os fluxos do campo perderam primazia para as trocas entre áreas urbanas e houve intensificação das modalidades intrarregional e de curta distância (CUNHA; BAENINGER, 2007), além da migração de retorno (PACHECO; PATARRA, 1998; CUNHA, 2015), que seriam resultado da falta de inserção produtiva intensificada neste período.

As transformações atreladas à reestruturação produtiva, portanto, aparecem como importante elemento explicativo das mudanças observadas na migração interna brasileira. Autores como Pacheco e Patarra (1998), Cunha e Baeninger (2007), Baeninger (2011; 2012), Brito (2009; 2015) reforçam essa relação considerando o papel do mercado de trabalho e das questões estruturais enquanto elemento explicativo da migração. Conforme Cunha (2015), não obstante todas mudanças estruturais observadas, as desigualdades regionais e as oportunidades socioeconômicas delas derivadas continuam como elementos importantes para a dinâmica migratória nacional.

Na dinâmica interna da migração internacional, Baeninger, Demétrio e Domeniconi (2020) identificaram na Macrometrópole Paulista mudanças locais dos migrantes, apontando o importante papel do cenário produtivo em reestruturação na explicação da dinâmica recente dos fluxos de imigrantes internacionais.

As mudanças vislumbradas nas últimas décadas, portanto, não relativizaram o papel da dinâmica econômica enquanto elemento explicativo da migração, mas inseriu novos elementos. Como ressaltado por Santos e Silveira

(2005), novas variáveis são incluídas pela constante transformação nas estruturas produtivas, que tornam mais complexas e efêmeras as análises.

A divisão territorial do trabalho, nesse sentido, reforça as diferenças entre as áreas de gestão e de produção, gerando desigualdades mesmo entre áreas atendidas pela estrutura produtiva, intensificando a exploração da força de trabalho a partir das terceirizações e das novas lógicas do trabalho propiciadas pelas mudanças na legislação, modificando as possibilidades, perspectivas e condições de vida da população.

Industrialização e reestruturação produtiva no Espírito Santo

O estado do Espírito Santo sofreu grandes transformações em meados do século XX em função da industrialização e da urbanização, que alterou as bases produtivas e a divisão territorial do trabalho: a economia estadual passou de essencialmente agroexportadora para urbano-industrial ao longo da segunda metade do século XX.

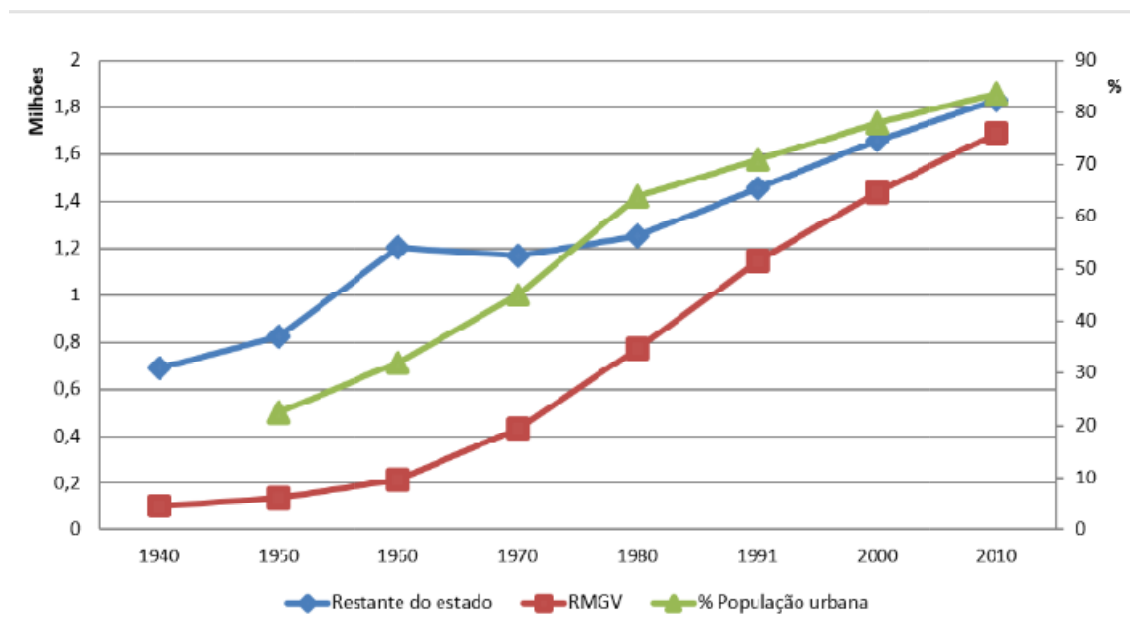
A industrialização no estado se iniciou em 1941, a partir da instalação da mineradora Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) nos municípios de Cariacica e Vila Velha e, em 1942, com a instalação da primeira grande planta industrial, a siderúrgica Companhia Ferro Aço de Vitória (COFAVI) em Cariacica, na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). Posteriormente, na década de 1970, como efeito do II Plano Nacional de Desenvolvimento, ocorreu a implantação dos chamados grandes projetos industriais no Espírito Santo, destacando-se o Polo de Tubarão, formado pela CVRD e pela Companhia Siderúrgica de Tubarão, além dos portos de Tubarão e Praia Mole. No município de Anchieta, ao sul da RMGV, a implantação da mineradora Samarco e do porto de Ubu, enquanto em Aracruz, ao norte da RMGV, houve a implantação da Aracruz Celulose, atual Suzano, e do porto de Barra do Riacho (Portocel). Além disso, ainda em 1974 ocorreu a implantação do Centro Industrial da Grande Vitória I e II (CIVIT I e II) que se configuram como distritos industriais no município de Serra (cf. Mapa 1).

Ainda nesse contexto, importantes transformações no espaço rural motivadas pelos efeitos da política federal de erradicação dos cafezais foram observadas na década de 1960 (ABE, 1999). O café era a principal atividade

econômica do estado, sendo o Produto Interno Bruto (PIB) composto da seguinte maneira em 1960: 41,8% gerado pela agropecuária, 5,3% pelo setor industrial e 52,9% pelo setor terciário, sendo que a cafeicultura empregava aproximadamente 55% da população economicamente ativa e gerava 22% da renda estadual (ROCHA; MORANDI, 2012). Além disso, o beneficiamento de café correspondia a 17% do valor da produção industrial e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços (ICMS) do café representava cerca de 62% da receita pública estadual.

A política de erradicação dos cafezais afetou drasticamente a organização do trabalho vigente, uma vez que a atividade rural que em parte substituiu o café foi a pecuária bovina, que demanda pouca mão de obra comparativamente (ALBUQUERQUE, 2010). A migração apareceu como estratégia de parte da população do campo frente ao ocorrido, tendo a RMGV como principal destino, justamente no período que recebia as grandes plantas industriais. No Gráfico 1 é possível visualizar o crescimento da população da RMGV e do estado bem como a taxa de urbanização.

Gráfico 1: População residente e proporção de população urbana. Espírito Santo, 1940-2010.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

As transformações estruturais do campo junto aos investimentos industriais resultaram na acelerada urbanização do Espírito Santo, com papel decisivo da redistribuição espacial da população. Novidades vieram a parecer nos anos 1990 em que, em função do avanço das políticas neoliberais, novas transformações foram observadas, tanto pelos processos de privatização de plantas industriais implantadas entre 1940 e 1970 como também pela própria alteração do regime de organização espacial e produtiva do capital no contexto de reestrutura produtiva.

Quanto às privatizações, destaca-se a venda da COFAVI, que atualmente pertence ao grupo mexicano SIMEC, a venda da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) que se tornou Vale e a venda da CST que veio a se tornar a Arcelor Mittal. Esse movimento representou, dentre outras coisas, a entrada de novos capitais, internacionais principalmente, no estado.

Quanto às alterações provenientes da reestruturação produtiva, destaca-se a dispersão territorial da produção industrial⁴. Esse processo em território capixaba se configura, grosso modo, como uma nova fase da industrialização do estado, isso porque a industrialização no século XXI não mais se baseia na grande planta industrial, na indústria motriz fordista, mas se associa ao recebimento de unidades industriais filiais de outras empresas e grupos econômicos nacionais e internacionais. Como exemplo desse processo, a implantação do Estaleiro Jurong, uma multinacional do setor naval pertencente ao grupo Sembcorp Marine, com sede em Cingapura, e a Leão Alimentos e Bebidas, que é responsável pela gestão de toda a cadeia produtiva da linha nacional de bebidas sem gás, chás e energéticos do portfólio da multinacional Coca-Cola, ambas com escritórios de gestão no Brasil na cidade do Rio de Janeiro. A multinacional alemã Evonik, que atua no setor químico e a francesa Saint-Gobain por meio da Weber Quartzolit, que atua na produção de insumos para construção civil, ambas com escritórios de gestão na cidade de São Paulo.

⁴ Uma das formas dessa dispersão consiste no movimento de desintegração vertical das indústrias. De acordo com Lencioni (2003), essa desintegração significa, dentre outras coisas, que fases de um mesmo processo produtivo não estão mais integradas numa mesma planta produtiva. As empresas e os grupos econômicos passam a atuarem por meio de diversas unidades dispersas territorialmente e tem na direção, controle e gestão do capital o elemento integrador.

Além de receber filiais de empresas multinacionais estrangeiras, o estado também vem recebendo filiais de empresas multinacionais brasileiras com ações comercializadas na bolsa de valores de São Paulo. É o caso da encarroçadora de ônibus Marcopolo, da fabricante de reboques Randon e da fabricante de motores Weg motores. As duas primeiras possuem sede em Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, enquanto a última tem sua sede em Jaraguá do Sul, Santa Catarina.

Esse movimento se insere concretamente no contexto de reestruturação produtiva, em que indústrias passam a implantar filiais para aumentar seus lucros e mantêm suas gestões e movimentações financeiras ligadas às metrópoles, em especial Rio de Janeiro e São Paulo. Por outro lado, esse processo implica a inserção subordinada do Espírito Santo na divisão social do trabalho no âmbito nacional e internacional, afinal o estado recebe as plantas produtivas de grandes indústrias e grupos econômicos, mas as decisões, os controles e as gestões do capital estão fora no território capixaba.

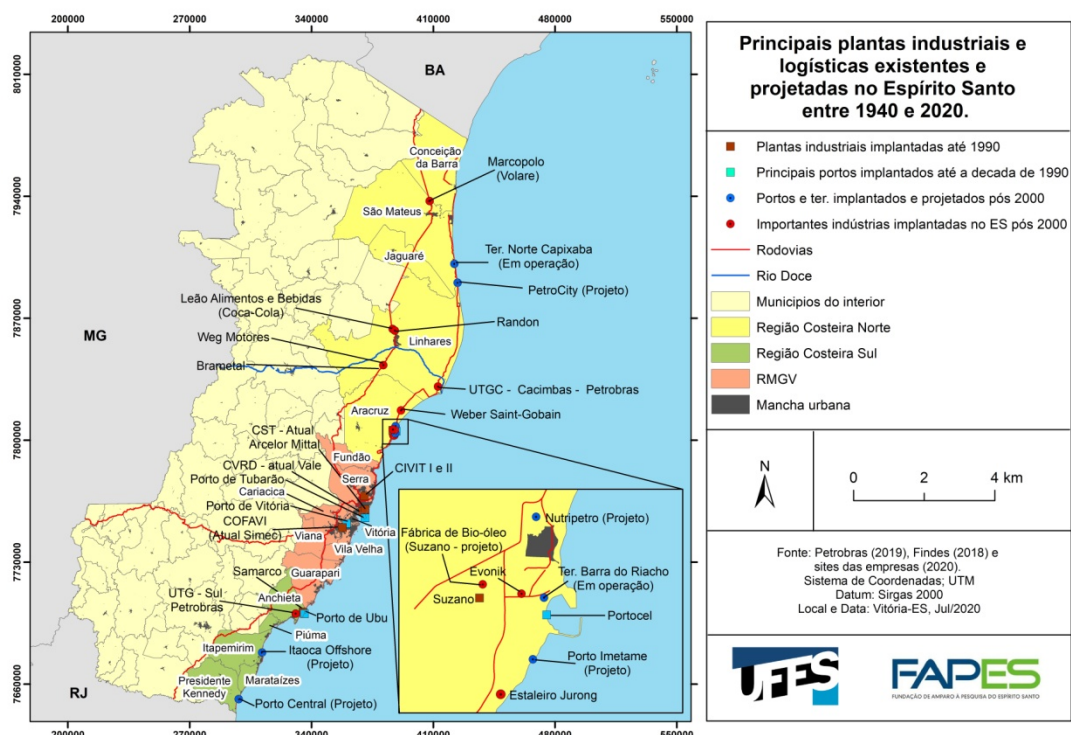
Chamam a atenção ainda no estado a grande quantidade de projetos logísticos e industriais, que articulam porto e indústria, ligados a grandes empresas nacionais e internacionais e até mesmo a fundos de investimentos. No Mapa 1 podem ser visualizadas as plantas industriais implantadas no século XX e algumas importantes plantas e projetos industriais e logísticos do século XXI.

Na análise do mapa dois pontos merecem destaque: inicialmente, a evidente concentração das atividades industriais nos municípios costeiros, que se apresenta como uma continuidade histórica da industrialização do Espírito Santo, reforçando as desigualdades territoriais previamente observadas. O segundo aspecto que se destaca consiste na dispersão da indústria pós-2000 para os municípios do litoral norte, em especial, Aracruz, Linhares e São Mateus.

Diante disso, porque os municípios do litoral norte vêm concentrando essas unidades produtivas? Dois elementos que se articulam conjuntamente ajudam a entender essa dinâmica. De um lado, a presença de incentivos fiscais para instalação de unidades em municípios que compõem a Superintendência

do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)⁵. No Espírito Santo, todos os municípios ao norte do rio Doce ou por ele cortados foram incluídos na SUDENE, totalizando 28 dos 78 municípios do estado.

Mapa 1: Plantas industriais e logísticas segundo período de implantação ou projeto. Espírito Santo, 1940-2020.



O segundo elemento que explica o avanço das unidades produtivas para a costa norte se relaciona à distribuição territorial das condições gerais de produção. Dota e Ferreira (2020) apontam que fora da região metropolitana de Vitória, os municípios de Aracruz, Linhares e São Mateus são aqueles que apresentam maior densidade de condições gerais de produção, ou seja, são municípios dotados de infraestrutura rodoviária, portuária, dutoviária, linhas de transmissões de energia, etc. A distribuição territorial das condições gerais de produção influencia a localização de atividades produtivas, já que a dispersão territorial delas não ocorre de maneira aleatória pelo espaço (LENCIONI, 2003).

⁵ Mais informações sobre a SUDENE ver <http://www.sudene.gov.br>.

Assim, nota-se que no período pós-2000 tem-se uma nova dinâmica da organização espacial produtiva da indústria, promovida, dentre outras coisas, pelos processos de reestruturação produtiva que implica num espraiamento da indústria, especialmente para os municípios de Aracruz, Linhares e São Mateus na costa norte. A reestruturação produtiva, nesse sentido, não implica efeitos somente sobre a indústria, mas também na organização, na divisão territorial do trabalho e nas dinâmicas migratórias no estado.

Divisão territorial do trabalho e migração no Espírito Santo

As novas dinâmicas produtivas no estado têm efeitos sobre a organização e a divisão territorial do trabalho, sendo possível observar seus resultados na estrutura de atividades. Nesse sentido, verificou-se um crescimento de 2,61% ao ano de pessoas ocupadas nos diferentes setores produtivos entre 2000 e 2010, com redução do número de trabalhadores na agricultura (-0,69% a.a.), crescimento no trabalho industrial (2,82% a.a.) e no setor terciário (3,09% a.a.). Reforçando as especificidades territoriais, esse crescimento se manifestou de maneira desigual pelo estado conforme dados do Quadro 1.

Observando as taxas, nota-se, com exceção do trabalho agrícola, um crescimento positivo em todos os setores de todas as regiões do estado, com destaque para a região costeira norte (cf. Mapa 1) apresentando, em geral, as maiores taxas de crescimento.

No que se refere à taxa de crescimento do trabalho na atividade industrial, a região costeira norte apresentou uma taxa de 4,28% a.a. enquanto na RMGV, que desde a segunda metade do século XX se consolidou como a região mais industrializada do Espírito Santo, a taxa ficou em 2,76% a.a. Esse crescimento do trabalho industrial na região costeira norte confirma em relação as pessoas ocupadas o espraiamento da indústria pelo estado. Por sua vez, a região costeira sul, que recebeu poucas unidades produtivas industriais, foi a que apresentou a menor taxa de crescimento de pessoas ocupadas nesse mesmo setor.

Quadro 1: Pessoas ocupadas nos setores de atividade econômica. Recortes selecionados do Espírito Santo, 2000 e 2010

Ano	Regiões	Agricultura	Indústria	Serviços (I)	Comércio (II)	Setor público (III)	Total terciário (I+II+III)	Outros	Total
2000	RMGV	15.807	401.795	325.875	120.733	35.084	481.692	4.741	578.160
	Costa Norte	34.363	63.808	47.529	20.037	6.926	74.492	932	126.066
	Costa Sul	16.013	64.587	46.593	20.956	5.264	72.813	1.371	108.191
	Interior	254.632	166.432	125.167	51.316	22.275	198.758	2.215	496.870
	Total	320.815	696.622	545.164	213.042	69.549	827.755	9.259	1.309.287
2010	RMGV	13.446	527.510	437.144	153.736	48.573	639.453	56.231	799.496
	Costa Norte	35.727	97.055	74.000	30.184	9.548	113.732	9.694	182.208
	Costa Sul	15.568	78.675	60.321	28.547	8.559	97.427	6.201	137.550
	Interior	234.499	216.566	167.602	74.311	29.177	271.090	20.578	575.131
	Total	299.240	919.806	739.067	286.778	95.857	1.121.702	92.704	1.694.385
Tx. Geométrica de crescimento 2000 – 2010 (% a.a.)	RMGV	-1,60	2,76	2,98	2,45	3,31	2,87	28,06	3,29
	Costa Norte	0,39	4,28	4,53	4,18	3,26	4,32	26,39	3,75
	Costa Sul	-0,28	1,99	2,62	3,14	4,98	2,95	16,29	2,43
	Interior	-0,82	2,67	2,96	3,77	2,74	3,15	24,97	1,47
	Total	-0,69	2,82	3,09	3,02	3,26	3,09	25,91	2,61

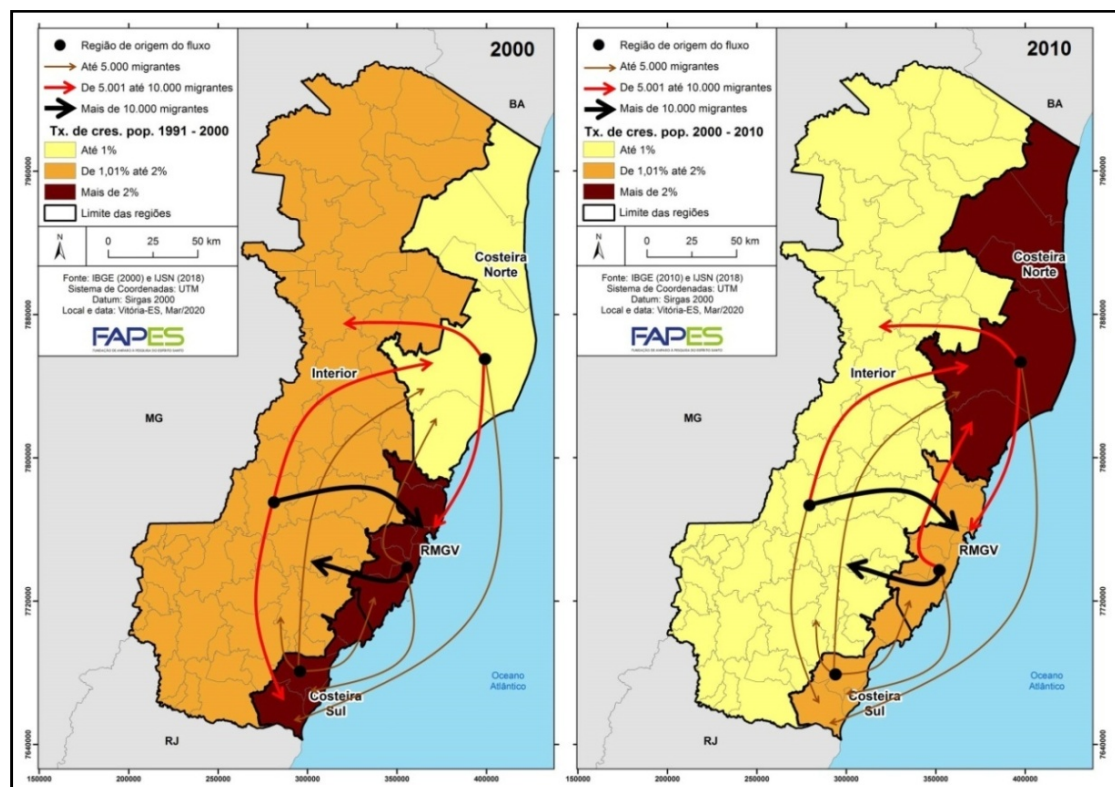
Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000 e 2010.

A região costeira norte também foi a que apresentou a maior taxa de crescimento de trabalhadores no setor terciário (4,32% a.a.), resultado que acompanha uma tendência contemporânea do crescimento do setor de serviços relacionado ao forte crescimento da atividade industrial, que por suas características gera demanda por serviços públicos e privados de diversas ordens. Nesse sentido, nossa hipótese é a de que a industrialização atraiu para a região costeira norte serviços de educação, saúde, hotelaria, segurança privada, comércio e outras prestações de serviços que impulsionaram o crescimento do setor terciário. Tal leitura se assenta em exemplos como a implantação dos campi dos Institutos Federais em São Mateus e Linhares respectivamente em 2007 e 2008, cujos cursos, em grande medida, são voltados para atividades técnicas e de engenharias voltadas para o trabalho industrial nas áreas de elétrica, mecânica, petrolífera etc. A presença de grandes redes de hotéis como a Ibis, pertencente a multinacional AccorHotels

em Aracruz (inaugurado em 2015) e São Mateus (inaugurado em 2016) dentre outros.

Para além das transformações da organização e da divisão territorial do trabalho, tem-se ainda transformações sobre as dinâmicas migratórias no estado, conforme aponta o Mapa 2.

Mapa 2: Taxa de crescimento geométrica média anual da população (% a.a.) e fluxos migratórios. Recortes selecionados do Espírito Santo, 2000 e 2010.



Nota-se no Espírito Santo alterações significativas quanto ao crescimento populacional regional na década de 2000. A região costeira norte passou a apresentar a maior taxa de crescimento demográfico (2,08% a.a.), resultado associado ao aumento do saldo migratório pela intensificação do fluxo originado na RMGV. Esta apresentou saldo migratório de 19,8 mil pessoas no período 2005-2010, 6,9% superior ao período anterior (1995-2000). No período 2005-2010, cerca 5,9 mil pessoas deixaram a RMGV em direção a região costeira norte, representando aproximadamente 18% dos imigrantes recebidos.

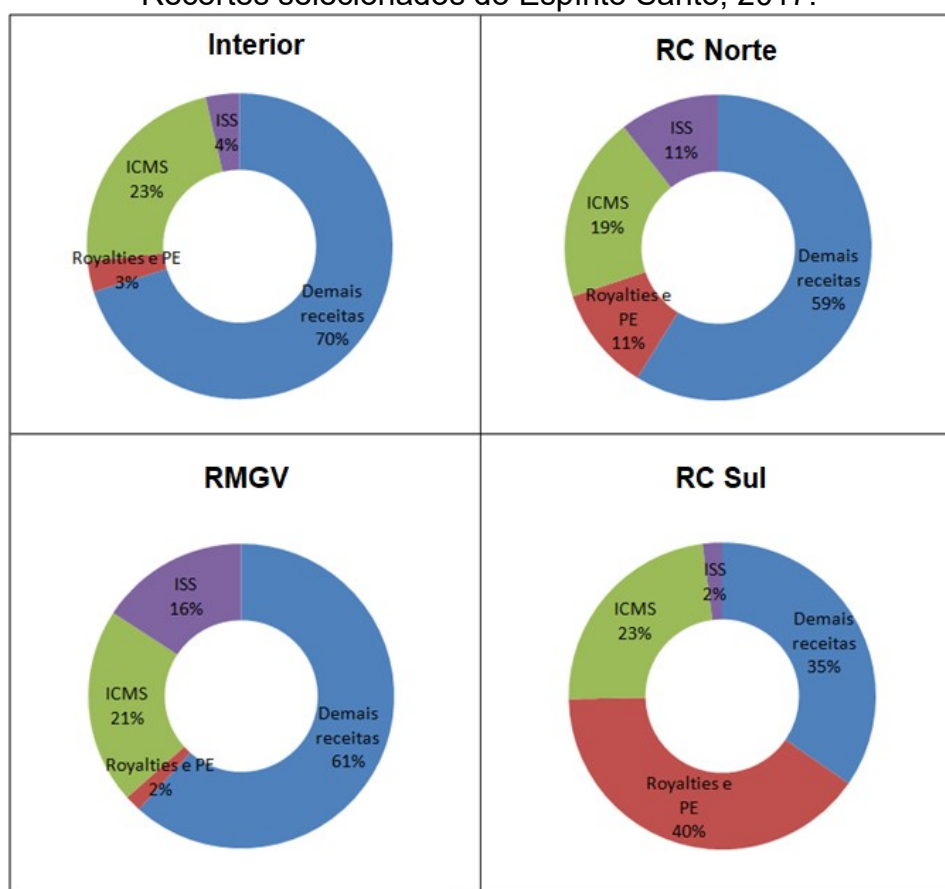
Diferentemente da década de 1990, em que apresentava forte crescimento, a região costeira sul na década de 2000 apresentou apenas a terceira taxa de crescimento demográfico entre os recortes selecionados (1,38% a.a.), pois deixou de receber migrantes do interior do estado. No período 1995-2000 a região costeira sul recebeu 6,2 mil pessoas do interior; no período seguinte (2005-2010) esse número caiu para 3,8 mil. Os fluxos migratórios do interior, no segundo período, passaram a se concentrar na RMGV, sendo que a região costeira norte não apresentou grande variação entre os períodos. A RMGV, por sua vez, manteve a segunda posição quanto ao crescimento demográfico (1,61% a.a.) e continuou como a principal região de destino dos migrantes em nível estadual. A única alteração quantitativa significativa quando comparadas as mudanças entre os dois períodos consiste exatamente no aumento do fluxo da RMGV em direção a região costeira norte.

A pergunta que se levanta diante disso se refere à quais motivos levaram a essas mudanças nos fluxos migratórios, que fizeram com que a região costeira norte passasse em uma década da menor taxa de crescimento demográfico para a maior, bem como para um importante destino de imigrantes?

A resposta a essa questão se assenta na própria dinâmica industrial e produtiva da região costeira norte, complementado pela economia dos royalties que caracteriza a região costeira sul.

Na região costeira norte assiste-se a um crescimento de unidades produtivas que se associam a maior densidade de condições gerais de produção (DOTA; FERREIRA, 2020) que, de maneira direta e/ou indireta, proporcionam um “arrasto” sobre outros setores econômicos, em especial o de serviços, conforme demonstrado. Por sua vez, a região costeira sul se apresenta como uma porção do Espírito Santo que se insere nas dinâmicas geoeconômicas da economia dos royalties (petrorentista). De acordo com Pessanha (2017), essa economia dos royalties caracteriza os territórios que são muito dependentes de receitas provenientes da exploração de petróleo, que são os royalties e as participações especiais. Além disso, esses territórios se caracterizam também por não promover o arrasto de outras atividades produtivas e por apresentar baixo dinamismo econômico, o que implica na baixa oferta de postos de trabalho nos diferentes setores (PESSANHA, 2017).

Figura 2: Proporção de royalties e impostos na composição das receitas. Recortes selecionados do Espírito Santo, 2017.⁶



Fonte: Equus Consultoria, 2018.

Vale ressaltar que todos os municípios da região costeira norte e da RMGV também recebem royalties, entretanto, a participação destes nas receitas são menores quando comparados com os municípios da região costeira sul. Na Figura 2 pode ser visualizada a composição das receitas das regiões em 2017.

Nota-se que no interior, na RMGV e na região costeira norte há uma maior diversificação das receitas em função da maior diversidade de atividades econômicas, enquanto na região costeira sul há forte dependência das receitas petrolíferas. Vale ressaltar que os municípios que compõem essa região possuem dentro de seus limites marítimos definidos por um sistema de ortogonais e paralelas definidos pelo IBGE (1986) campos de petróleo da porção norte do pré-sal (Parque das Baleias) da Bacia de Campos que apresentam alta produtividade.

⁶ Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços (ICMS); Imposto sobre serviço (ISS); Royalties e Participações Especiais (PE) e demais receitas por região em 2017

Os resultados apresentados permitem compreender as fortes inter-relações entre inúmeros processos, com destaque para a distribuição espacial da indústria, a organização e divisão territorial do trabalho e a migração, confirmando que o avançar da reestruturação produtiva inseri constantemente novos elementos à gama de relações e exige novos focos de análise para sua correta compreensão.

Considerações finais

Os resultados apresentados permitem afirmar que a reestruturação produtiva observada nesse início de século XXI e que segue em andamento no Espírito Santo impactou consideravelmente a organização espacial e produtiva, a partir do espraiamento das atividades industriais para além da RMGV por meio das novas plantas industriais e logísticas implantadas e projetadas nos municípios costeiros, em especial na costa ao norte da RMGV. Os fluxos migratórios também se modificaram, mostrando-se claramente articulados com a dinâmica econômica estrutural, tendo resultado em mudanças de uma década a outra no crescimento demográfico dos recortes espaciais selecionados para análise. De todo modo, para além do impacto em termos populacionais e da organização espacial produtiva, evidenciou-se que as mudanças na divisão territorial do trabalho também foram evidentes, permitindo enxergar a articulação interescares e a imbricação de questões locais, regionais, nacionais e internacionais.

Além disso, evidencia-se um outro nível de divisão territorial do trabalho, entre o Espírito Santo e os centros de comando e gestão, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, cujas especificidades não foram aqui contempladas, mas que aprofundam as diferenças e desigualdades territoriais e sociais entre as diversas porções territoriais do Brasil.

A busca por delimitar processos como a reestruturação produtiva e a divisão territorial do trabalho têm contribuído para melhor compreender as especificidades locais, ao mesmo tempo em que permite o estabelecimento de análises comparativas de processos que tem o mesmo nome, mas se manifestam de forma completamente diferente em cada porção territorial. Nesse sentido, deve-se ter atenção no uso de conceitos como se pudessem ter

aplicação universal, já que a realidade brasileira é heterogênea e exige análises específicas para cada porção territorial.

A abordagem aqui apresentada articula processos econômicos de nível macro, como a reestruturação produtiva, políticas regionais de incentivo ao investimento, como a SUDENE, e a migração, cujos elementos explicativos advêm também de elementos micro sociais, para além das associações apresentadas. Nesse ínterim, destaca-se que os resultados apresentados constituem um importante passo analítico dos processos, necessitando de investigações específicas mais profundas, sobretudo quanto às articulações interescares e as novas faces de todos os processos analisados, em constante transformação.

Referências bibliográficas

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BAENINGER, R. "Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais". In: CUNHA, J. M. P. da (org.) Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2011.

BAENINGER, Rosana. Migrações internas no Brasil no século 21: entre o local e o global. In: Anais..., p. 1-24, 2012.

BAENINGER, R.; DEMETRIO, N. B.; DOMENICONI, J.. Imigração internacional na macrometrópole paulista: novas e velhas questões. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 22, n. 47, p. 17-40, Apr. 2020

BRANDÃO, C. **Território e desenvolvimento**. As múltiplas escalas entre o local e o global. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.

BRITO, F. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios recentes. In: Anais do VI Encontro Nacional sobre Migrações. Campinas: ABEP, 2009.

BRITO, F. A transição para um novo padrão migratório no Brasil. Textos para discussão. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2015.

CANO, Wilson. Concentração e desconcentração econômica regional do Brasil 1970/95. **Economia e sociedade**, v. 6, n. 1, p. 101-141, 1997.

CUNHA, J. M. P.; A migração interna no Brasil nos últimos cinquenta anos: (des) continuidades e rupturas. In: ARRETCHE, M. (org.) Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos, 2015.

CUNHA, J. M. P.; BAENINGER, R. Lãs migraciones internas em el Brasil Contemporáneo. **Notas de Población**, CEPAL/CELADE, Año XXXII, n. 82, 2007.

DOTA, E. M.; FERREIRA, F. C. Evidências da metropolização do espaço no século XXI: elementos para identificação e delimitação do fenômeno. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 22, n. 49, p. 893-912, Dec. 2020.

LENCIONI, S. **A emergência de um novo fato urbano de caráter metropolitano em São Paulo. A particularidade de seu conteúdo socioespacial, seus limites regionais e sua interpretação teórica.** Anais do X Encontro Nacional da ANPUR. Belo Horizonte – MG, 2003.

LIPIETZ, A.; LEBORGNE, D. O pós-fordismo e seu espaço. **Espaço & Debates**, São Paulo, n. 25, p. 12-29, 1988.

OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. Restruturação Econômica, Poder Público e Desenvolvimento Social: Possibilidades de Disputas e de Recomposição do Poder no Território. Scripta Nova (Barcelona), v. XI, p. nº (65), 2007.

PACHECO, C. A.; PATARRA, N. L. “Movimentos migratórios anos 80: novos padrões?”. In: Encontro Nacional sobre Migração, 1998. Anais...Curitiba: Abep/Ipardes, 1998.

PEREIRA JÚNIOR, E. A. O debate sobre a desindustrialização no Brasil: abordagens concorrentes e um olhar a partir da geografia. *Boletim Goiano De Geografia*, 39, 1-20. 2019a.

PEREIRA JÚNIOR, E. A. Impactos da acumulação com predominância financeira sobre a nova Geografia industrial – processos produtivos, competitividade e diferenciação espacial. *Ateliê Geográfico*, 13(3), 29-45. 2019b.

PESSANHA, Roberto Moraes. **A relação transescalar e multidimensional “Petróleo-Porto” como produtora de novas territorialidades.** Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Políticas e Formação Humana (PPFH). Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.

ROCHA, H. Corrêia e MORANDI, Angela Maria. **Cafeicultura e grande indústria: a transição do Espírito Santo 1955 – 1985.** 2º ed. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 2001.

SCOTT, A. J.: **Metropolis:** from the division of labor to urban form. Berkeley, CA: University of California Press. 1988.

SINGER, P. I. **Dinâmica populacional e desenvolvimento: o papel do crescimento populacional no desenvolvimento econômico.** Hucitec, 1976.

SILVA, M. A. M. Reestruturação produtiva e os impactos sobre os migrantes. *Una Nueva Ruralidade em América Latina*, v. 1, p. 289-305, 2001.